

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Brasil Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas na forma da legislação societária, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. A MAPFRE Brasil Participações S.A., controlada da MAPFRE S.A., entidade com sede na Espanha em Madrid, foi constituída em 29 de maio de 2007 sob a denominação de Pisek Participações S.A. Em 29 de setembro de 2010 foi deliberada por meio de Assembleia Geral a alteração da razão social de Pisek Participações S.A. para MAPFRE Brasil Participações S.A. O Grupo, é uma sociedade de capital fechado e possui como objeto social a participação como quotista ou acionista, em outras sociedades, sejam estas simples ou empresárias, nacionais ou estrangeiras. Com sede do escritório localizado na Avenida das Nações Unidas, 12.495 - 11º andar em São Paulo, estado de São Paulo - Brasil e cadastrada sobre o CNPJ nº 09.007.935/0001-74. Em 5 de maio de 2010, o Grupo MAPFRE firmou Acordo de parceria com o Banco do Brasil S.A. para atuação conjunta no mercado segurador nos segmentos de pessoas, ramos elementares e automóveis. A operacionalização dessa parceria requereu a reorganização societária da área de seguros do Grupo. Em 28 de dezembro de 2010, a SUSEP aprovou previamente a reorganização operacional e societária por meio das cartas SUSEP/SEGER nº 121 e 122 de 2010. Os atos societários para operacionalização da parceria entre o Grupo MAPFRE e o Banco do Brasil foram concluídos em 30 de junho de 2011, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings,

SH1 e SH2. A parceria não envolveu os seguros de créditos à exportação, capitalização e previdência. Nesse contexto, a MAPFRE Brasil Participações foi considerada a adquirente nesta operação, conforme detalhado na nota explicativa 24. No Consolidado o Grupo apresentou prêmios líquidos no montante de R\$ 7,2 bilhões e lucro líquido atribuído ao grupo no montante de R\$ 470,8 milhões. A Administração prevê trajetória de crescimento nos segmentos em que as controladas operam, aproveitando, em virtude da sinergia operacional e comercial das unidades de negócio e promovendo constantes melhorias nos níveis de serviços prestados aos clientes. São Paulo, 05 de dezembro de 2012
A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora 2011	Controladora 2010	Consolidado 2011	Consolidado 2010	Controladora/Consolidado (a) 2011	Controladora/Consolidado (a) 2010
Receitas							
Prêmio emitido líquido				22(c)		7.259.855	-
Variações das provisões técnicas de prêmios						4.221.844	-
Prêmio ganho						6.838.011	-
Receita com emissão de apólice e previdência						169.402	-
Prêmios de seguros e previdência				22(b)		7.007.413	-
Passivo financeiro						6.515	-
Receita de resseguro				22(d)		4.112.44	-
Resultado patrimonial						171.216	44
Total de receita						171.216	44.225.114
Despesas							
Sinistros ocorridos				22(e)		(3.513.929)	-
Custos de aquisição				22(g)		(1.752.742)	-
Despesa com resseguro				22(f)		(549.591)	-
Despesas administrativas				22(i)		(842.459)	-
Despesas com tributos				22(j)		(766)	(181.394)
Outras receitas/despesas operacionais				22(h)		(333.580)	-
Total de despesas						(878)	(7.173.695)
Lucro operacional antes do resultado financeiro						170.338	251.419
Receita com imóveis de renda				22(k)		-	1.041
Resultado financeiro				22(l)		(11.765)	467.671
Lucro operacional após o resultado financeiro						158.573	720.131
Ganhos ou perdas ativos não correntes						-	2.817
Resultado de ativos não circulante							
destinado à venda				22(m)		318.252	318.252
Lucro operacional						476.825	1.041.198
Imposto de renda				23		(4.360)	(99.459)
Contribuição social				23		(1.569)	(102.383)
Participações sobre resultado						-	(21.531)
Lucro líquido do exercício						30	470.896
Atribuível aos não controladores						-	346.929
Atribuível ao Grupo						470.896	470.896
Lucro por ação:							
Básico						1.5967	1.5967
Diluído						1.5967	1.5967

(a) No ano de 2010 não houve geração de resultado em virtude da inexistência de operações pela controladora. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros Estatutárias	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total
Integralização de capital inicial conforme AGE 29/09/2010		200	-	-	-	-	-	200
Em 31 de dezembro de 2010		200	-	-	-	-	-	200
Mutações do período		200	-	-	-	-	-	200
Saldos em 01 de janeiro de 2011		200	-	-	-	-	-	200
Aumento de capital conforme AGE de 28/02/2011	20	595.376	-	-	-	595.376	-	595.376
Aumento de capital conforme AGE de 27/05/2011	20	1.073.890	-	-	-	1.073.890	-	1.073.890
Aumento de capital conforme AGE de 30/05/2011	20	176.508	-	-	-	176.508	-	176.508
Efeitos acumulados de conversão	20	-	734.352	-	-	734.352	-	734.352
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	9.627	9.627	-	9.627
Lucro líquido do exercício		-	-	-	470.896	470.896	346.929	817.825
Destinações:								
Reservas		-	23.545	447.351	-	-	-	470.896
Participação de não controladores		-	-	-	-	3.833.949	3.833.949	-
Em 31 de dezembro de 2011		1.845.974	734.352	23.545	447.351	4.180.878	7.241.727	11.473.850
Mutações do exercício		1.845.774	734.352	23.545	447.351	3.060.649	4.180.878	7.241.527

(a) No ano de 2010 não houve geração de resultado em virtude da inexistência de operações pela controladora. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS - MÉTODO DIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora 2011	Controladora 2010	Consolidado 2011	Consolidado 2010	Controladora/Consolidado (a) 2011	Controladora/Consolidado (a) 2010
Lucro líquido do exercício	470.896		817.825			
Outras receitas reconhecidas						
Ajuste ao valor de mercado	-	-	9.627	-	-	-
Total de receitas e despesas reconhecidas	470.896		827.452			
Atribuível a controladora	470.896		840.523			
Atribuível aos não controladores			346.929			
Total	470.896		827.452			

(a) No ano de 2010 não houve geração de resultado em virtude da inexistência de operações pela controladora. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS - MÉTODO DIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora 2011	Controladora 2010	Consolidado 2011	Consolidado 2010	Controladora/Consolidado (a) 2011	Controladora/Consolidado (a) 2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro antes dos impostos IR e CS	476.825		1.041.198			
Imposto de renda	(4.360)		(99.459)			
Contribuição social	(1.569)		(102.383)			
Participações sobre resultado	-		(21.531)			
Lucro líquido do exercício	470.896		817.925			
Depreciação	-		21.123			
Amortização	-		17.468			
Equivalência patrimonial	(176.409)		-			
Realização de desajustes sobre investimentos	5.193		-			
Lucro na alienação de investimentos	(538.581)		-			
Atividades operacionais						
Variações nos ativos e passivos:						
Variações das aplicações	(12.453)		(8.163.007)			
Variações nos créditos das operações com seguros e resseguros	-		(2.712.213)			
Variações nos créditos das operações com previdência complementar	-		(295)			
Variações nos ativos de resseguro - provisões técnicas	-		(966.713)			
Variações nos títulos e créditos a receber	(469.854)	(200)	(1.922.436)	(200)		
Variações nos créditos tributários e previdenciários	(114)		(706.367)			
Variações nas despesas antecipadas	-		(57.161)			
Variações nos custos de aquisição diferidos	-		(1.083.829)			
Variações em ativos não correntes disponíveis para venda	-		(145.745)			
Variações em propriedades imobiliárias de investimento	-		(4.095)			
Variações nos contas a pagar	248.991		1.250.776			
Variações nos débitos de operações com seguros e resseguros	-		960.642			
Variações nos débitos de operações com previdência complementar	-		130			
Variações nos depósitos de terceiros	-		153.677			
Variações nas provisões técnicas - seguros	-		7.032.185			
Variações nas provisões técnicas - previdência complementar	-		1.567.106			
Variações de passivos financeiros	-		16.015			
Variações em passivos diferidos	311.355		1.172.144			
Variações em outros passivos	-		1.649.404			
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	160.976	(200)	(1.103.366)	(200)		
Atividades de investimentos						
Investimento	(2.509.488)		(6.319)			
Dividendos a receber	62.193		-			
Imobilizado	-		(178.381)			
Intangível	-		(4.316.797)			
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	(2.447.295)		(4.501.497)			
Atividades de financiamentos						
Aumento de capital	1.845.774	200	1.845.774	200		
Efeitos acumulados de conversão	762.527		734.351			
Participação de sócios investidores	-		3.833.950			
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	-		9.627			
Aumento nas disponibilidades	2.608.301	200	6.423.702	200		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30		818.839			
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30		818.839			
Aumento nas disponibilidades	30		818.839			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nota 3b	Ativos financeiros;
Nota 3h	Custos de aquisições diferidos;
Nota 3j	Provisões técnicas - seguros, previdência complementar e resseguros;
Nota 3i	Classificação dos contratos de seguros e de investimento;
Nota 3l	Mensuração dos contratos de seguros;
Nota 3m	Teste de adequação dos passivos;
Nota 3n	Passivos financeiros;
Nota 8	Créditos tributários e previdenciários;
Nota 10	Movimentação de prêmios a receber;
Nota 20	Outros Passivos e
Nota 24	Combinação de Negócios

j) Segregação entre circulante e não circulante: O Grupo efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas: • espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da entidade; • está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. **k) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo:** • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" (emitida em novembro de 2009). Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e possivelmente impactará a contabilização pelo Grupo de seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. • IFRS 10 - "Demonstrações financeiras consolidadas" (emitida em maio de 2011). O objetivo da IFRS 10 é estabelecer princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. Esta IFRS substitui o IAS 27 e sua aplicação será para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. O Grupo avaliará os possíveis impactos desta norma. • IFRS 11 - "Acordo contratual e conjunto" (Joint arrangements). O princípio central da norma (emitida em maio de 2011) é que as partes de um empreendimento conjunto determinam o tipo de empreendimento em que estão envolvidos, avaliando seus direitos e obrigações em conformidade como tipo de empreendimento. Não há divulgações especificadas no IFRS 11. Em vez disso, a IFRS 12 descreve as divulgações exigidas. A aplicação será para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. O Grupo avaliará os possíveis impactos desta norma. • IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades" (emitida em maio de 2011). O objetivo da IFRS 12 é exigir a divulgação de informações que permita aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem: a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades e os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Quando as divulgações exigidas pela IFRS 12, juntamente com as divulgações exigidas por outras IFRS, não atender o objetivo acima, uma entidade é obrigada a divulgar qualquer informação adicional necessária para atingir esse objetivo. A IFRS 12 é aplicável a períodos anuais com início em 01 de janeiro de 2013. O Grupo avaliará os possíveis impactos desta norma. • IFRS 13 - "Mensuração ao valor justo" (emitida em maio de 2011). Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos do IASB. A IFRS 13 não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo e sua aplicação será em períodos anuais com início em 01 de janeiro de 2013. • IAS 19 (Revisado) - "Benefícios a empregados" (divulgada em junho de 2011). O objetivo da revisão da IAS 19 foi o esclarecimento de questões diversas, incluindo a classificação de benefícios a empregados, as estimativas atuais das taxas de mortalidade, os custos fixos, de administração e de partilha de riscos e recursos de indexação condicional. Aplicável, de forma retrospectiva para períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma possivelmente afetará a contabilização do Grupo.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas no exercício apresentados nas demonstrações. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos e conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores. **b) Ativos financeiros:** O Grupo classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) designados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. (i) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados ao reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de hedge, quando estes apresentam ganhos, e caixa e equivalentes de caixa. (ii) **Ativos mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais o Grupo tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo ajustado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. (iii) **Empréstimos e recebíveis:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAL - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros Estatutárias	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total
Integralização de capital inicial conforme AGE 29/09/2010		200	-	-	-	-	-	200
Em 31 de dezembro de 2010		200	-	-	-	-	-	200
Mutações do período		200	-	-	-	-	-	200
Saldos em 01 de janeiro de 2011		200	-	-	-	-	-	200
Aumento de capital conforme AGE de 28/02/2011	20	595.376	-	-	-	595.376	-	595.376
Aumento de capital conforme AGE de 27/05/2011	20	1.073.890	-	-	-	1.073.890	-	1.073.890
Aumento de capital conforme AGE de 30/05/2011	20	176.508	-	-	-	176.508	-	176.508
Efeitos acumulados de conversão	2							

Riscos operacionais: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. No Grupo, a gestão dos riscos operacionais é realizada com foco na identificação, avaliação e resposta às ameaças, externas e internas, aos objetivos estratégicos e às operações. Dessa forma, o Grupo mantém atualizadas as atividades de controle de prevenção de riscos não aceitos e de detecção de riscos residuais. Todo o processo de avaliação de riscos operacionais é desenvolvido pela área de Controles Internos Corporativos, que segue as orientações da holding espanhola, mas atua de forma independente no Brasil. A partir de um aplicativo exclusivo denominado Riskm@p, cerca de 600 fatores de risco são previamente identificados, distribuídos por tipos de risco, por áreas de risco e por processos e subprocessos operacionais. Cada um dos fatores de risco é avaliado periodicamente pela maioria dos gestores, por meio de um processo de control-self assessment, que resulta em mapas de risco que permitem visualizar variáveis como probabilidade de ocorrência, importância relativa e grau de controle de cada risco avaliado. Posteriormente são estabelecidas ações para manter em equilíbrio os níveis das três variáveis, estabelecidos em cinco degraus (de muito baixo a muito alto). Além de serem obtidos por tipo de risco, por processo ou por subprocesso, os mapas de risco também podem ser visualizados desde um setor de negócio (Automóvel, Vida, Ramos Elementares, Garantia, Previdência, etc.), de uma atividade de back-office (Recursos humanos, Jurídico, Controladora, Investimentos, etc.) ou até de uma posição consolidada do Grupo, passando em cada uma das empresas que o compõem. **Gestão de capital:** O Grupo executa suas atividades de gestão de risco de capital através do modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos regulatórios de capital mínimo para o segmento de seguro e para segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A estratégia e o modelo utilizado pela Administração consideram "capital regulatório" e "capital econômico" segundo a visão de gestão de capital adotada pelo Grupo. O principal objetivo do Grupo em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Durante o período de emissão das demonstrações financeiras e, em períodos anteriores, as seguradoras consolidadas não mantiveram o nível de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios. As Seguradoras apuram o Capital Mínimo Requerido (CMR) conforme requerimentos da Resolução CNSP 227 de 06 de dezembro de 2010.

A seguir demonstramos o CMR para as entidades supervisionadas:

	2011	2010
Posição Consolidada		
Patrimônio Líquido	7.241.727	6.155
Participações em sociedades	(6.155)	(57.161)
Despesas antecipadas	(49.329)	(42.387)
Créditos tributários	(4.293.289)	(4.293.289)
Ativos intangíveis	(164)	—
Obras de arte	—	—
Patrimônio Líquido Ajustado (a)	2.835.629	4.767.556
Patrimônio mínimo necessário - por prêmio	1.713.967	1.713.967
Patrimônio mínimo necessário - por sinistro	1.154.074	1.154.074
Margem de Solvência (b)	1.713.967	1.713.967
Capital Base	145.800	145.800
Capital Adicional de Subscrição	1.829.893	1.829.893
Capital Adicional de Crédito	23.011	23.011
Benefício da correção entre riscos	(48.305)	(48.305)
Capital Mínimo Requerido (c)	2.160.399	2.160.399
Exigência de capital - EC maior entre (b) ou (c)	2.160.399	2.160.399
Suficiência de capital (a - c)	675.230	675.230
Suficiência de capital (% de EC)	31,25%	31,25%

Conforme descrito na nota 2 a), em 2010 a MAPFRE Brasil Participações S.A. não possuía operação e, portanto, não havia saldos em aberto naquela data-base.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentada abaixo:

	2011	2011
	Controladora	Consolidado
	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos	12.453	4.767.556
I. Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Certificados de depósitos bancários	—	—
Letras financeiras do tesouro	—	263.768
Letras financeiras	—	32.387
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	—	333.387
Fundos não exclusivos	12.453	—
Fundos Exclusivos		
Certificados de depósitos bancários	—	9.873
Letras financeiras do tesouro	—	152.729
Letras do tesouro nacional	—	281.785
Notas do tesouro nacional	—	372.233
Operações compromissadas	—	196.168
Opções de futuros	—	696
Over	—	573.942
Títulos da dívida agrária	—	685.984
Swap	—	296
Termo do tesouro	—	34.666
Fundos de investimentos - abertos/outros	—	122.706
Fundos no exterior	—	292
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Não Exclusivo	—	61.180
Quotas e fundos especialmente constituídos - VGBL/PGBL	—	1.544.844
Debêntures	—	3.655
Total geral	12.453	8.163.007

II. Títulos disponíveis para venda

Debêntures	—	139.154
Certificados de depósito bancário (CDBODPGE)	—	116.384
Notas do tesouro nacional (NTNOB)	—	182.117
Letras financeiras	—	81.425
Letras financeiras do tesouro	—	302.306
Letras do tesouro nacional	—	2.907
Certificados de depósito bancários (CDB)	—	26.830
Depósito bancário com garantia especial	—	129.174
Total	—	2.353.893
Carteira Própria		
Certificados de depósito bancários	—	219.433
Notas do tesouro nacional	—	938.131
Letras do tesouro nacional	—	34.727
Letras financeiras	—	62.814
Fundos Exclusivos		
Certificados de depósitos bancários	—	—
Notas do tesouro nacional	—	1.070.664

IV. Outras Aplicações

	2011	2011
	Controladora	Consolidado
	Valor Contábil	Valor Contábil
Total geral	12.453	8.163.007

Conforme descrito na nota 2 a), em 2010 a MAPFRE Brasil Participações S.A. não possuía operação e, portanto, não havia saldos em aberto naquela data-base. O valor de mercado das quotas de Fundos de Investimento Financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais o Grupo aplica seus recursos. Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. O valor de mercado foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais e Tesouro Nacional. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 2011 e 2010.

Movimentação dos saldos de aplicação financeira:

	2011		2011		Valor Contábil	Valor de Mercado
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado		
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2010	—	—	—	—	—	—
Transferência	—	—	—	—	—	—
(+) Aplicação	11.607	16.361.923	—	—	—	—
(-) Resgates	846	882.194	—	—	—	—
(-) Rendimentos	—	—	—	—	—	—
Saldo Final em 31 de dezembro de 2011	12.453	8.163.007				

Composição por prazo e por título: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

	2011			2011			Valor Contábil	Valor de Mercado
	1 a 30 dias	Valor Contábil	Valor de Mercado	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias		
Títulos	12.453	12.453	12.453	3.058.173	143.405	142.657	4.767.556	4.322.784
I. Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado								
Certificados de depósitos bancários	—	—	—	2.050	—	—	94.915	96.965
Letras financeiras do tesouro	—	—	36.398	—	—	—	227.370	263.768
Letras financeiras	—	—	—	—	—	—	32.387	32.384
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	—	—	—	—	—	—	—	—
Fundos não exclusivos	12.453	12.453	12.453	—	—	—	333.387	244.428
Fundos Exclusivos								
Certificados de depósitos bancários	—	—	—	5.018	4.855	—	9.873	9.864
Letras financeiras do tesouro	—	—	71.267	120	8.058	73.284	152.729	81.559
Letras do tesouro nacional	—	—	—	—	—	281.785	281.785	271.523
Notas do tesouro nacional	—	—	47.900	—	30.528	293.805	372.233	319.904
Operações compromissadas	—	—	196.168	—	—	—	196.168	95.994
Opções de futuros	—	—	—	696	—	—	696	489
Over	—	—	573.942	—	—	—	573.942	538.055
Títulos da dívida agrária	—	—	72.903	102.905	98.204	411.972	685.984	613.408
Swap	—	—	296	—	—	—	296	252
Termo do tesouro	—	—	—	34.666	—	—	34.666	22.122
Fundos de investimentos - abertos/outros	—	—	122.706	—	—	—	122.706	127.670
Fundos no exterior	—	—	292	—	—	—	292	292
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Não Exclusivo	—	—	56.020	—	5.160	61.180	61.180	61.448
Quotas e fundos especialmente constituídos - VGBL	—	—	1.544.844	—	—	—	1.544.844	1.545.318
Debêntures	—	—	—	—	1.012	2.643	3.655	3.651
Total	12.453	12.453	12.453	3.058.173	143.405	142.657	4.767.556	4.322.784

II. Títulos disponíveis para venda

Debêntures	—	139.154
Certificados de depósito bancário (CDBODPGE)	—	16.820
Notas do tesouro nacional (NTNOB)	—	12.159
Letras financeiras	—	11.792
Letras financeiras do tesouro	—	75.613
Letras do tesouro nacional	—	177.227
Notas do tesouro nacional	—	1.745
Operações compromissadas	—	81.425
Opções de futuros	—	81.425
Over	—	302.306
Títulos da dívida agrária	—	2.907
Swap	—	2.866
Certificados de depósito bancários (CDB)	—	22.202
Depósito bancário com garantia especial	—	4.628
Total	—	21.979
Carteira Própria		
Certificados de depósitos bancários	—	21.979
Notas do tesouro nacional	—	26.091
Letras do Tesouro Nacional	—	47.658
Fundos Exclusivos		
Certificados de depósitos bancários	—	—
Notas do tesouro nacional	—	5.159

IV. Outras Aplicações

	2011	2011
	Controladora	Consolidado
	Valor Contábil	Valor Contábil
Total geral	12.453	12.453

a) **Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotizações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo controlante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos e aparcamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de auto-regulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). b) **Hierarquia de valor justo:** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • **Nível 1: preço de mercado ativo:** instrumentos financeiros com preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos; • **Nível 2: técnica de avaliação com dados observáveis:** instrumentos financeiros com preços cotados para instrumentos similares em mercados ativos ou preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados inativos; • **Instrumentos financeiros avaliados com a utilização de modelos onde todos os dados significativos são observáveis;** • **Nível 3: técnica de avaliação com dados significativos não observáveis:** instrumentos financeiros avaliados utilizando-se de técnicas de avaliação onde um ou mais dados significativos não são observáveis. A melhor evidência de valor justo é a cotação em mercado ativo. No caso do mercado ser inativo para um instrumento financeiro, uma técnica de avaliação deverá ser utilizada. A decisão sobre se um mercado está ativo pode incluir, mas não está limitada a, consideração de fatores como frequência de negociação, disponibilidade de preços, volume das compras e vendas. No mercado inativo, a garantia que o preço da transação fornece evidências de valor justo ou determina os ajustes para o preço da transação, que são necessárias para mensurar o valor justo dos instrumentos, requer um trabalho adicional durante o processo de avaliação. A maioria das técnicas de avaliação emprega apenas dados de mercado observáveis e, portanto a confiabilidade da mensuração do valor justo é alta. No entanto, certos instrumentos financeiros são valorizados com base em técnicas de avaliação em que um ou mais dados significativos não são observáveis, e para eles, o cálculo do valor justo é mais subjetivo. Um instrumento em sua totalidade é classificado como observado utilizando dados significativos não observáveis se, na opinião da administração, uma parte significativa do valor contábil e/ou lucro é contratuado ("ganho ou perda no primeiro dia") do instrumento e calculada utilizando-se dados não observáveis. "Não observáveis" nesse contexto significa que há pouco ou nenhum dado de mercado atual disponível que possa determinar o preço em que a transação seria provável de ocorrer. Isso geralmente não significa que não há dados disponíveis em todos os mercados para a determinação do valor justo (o consenso de preço pode, por exemplo, ser utilizado). Além disso, em muitos casos, a maioria dos valores justos derivados de técnicas de avaliação com dados significativos não observáveis pode ser atribuída aos dados observáveis. Consequentemente, o efeito da incerteza na determinação dos dados não observáveis será restrita a incerteza do valor justo do instrumento financeiro que está sendo mensurado. Para ajudar a compreender a extensão e a amplitude dessa incerteza, informações adicionais são fornecidas na seção intitulada "Efeito das mudanças significativas em premissas não observáveis em cenários razoavelmente informados" abaixo. Todas as posições líquidas de instrumentos financeiros não derivativos e todos os derivativos são valorizadas pelos preços de compra e venda quando apropriado. As posições compradas são calculadas pelo preço de venda e as posições vendidas pelo preço de compra. O valor justo de uma carteira de instrumentos financeiros cotados em mercado ativo é calculado pelo produto do número de unidades e seu preço cotado sendo que nenhum desconto é efetuado.

	2011		2011		Valor Contábil	Valor de Mercado
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado		
Títulos	12.453	12.453	12.453	4.322.784	4.767.556	4.322.784
I. Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado						
Certificados de depósitos bancários	—	—	—	96.965	96.965	96.965
Letras financeiras do tesouro	—	—	36.398	—	263.768	263.768
Letras financeiras	—	—	—	—	32.387	32.387
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	—	—	—	—	333.387	333.387
Fundos não exclusivos	12.453	12.453	12.453	—	—	—
Fundos Exclusivos						
Certificados de depósitos bancários	—	—	—	9.873	9.873	9.873
Letras financeiras do tesouro	—	—	71.267	120	152.729	152.729
Letras do tesouro nacional	—	—	—	—	281.785	281.785
Notas do tesouro nacional	—	—	47.900	—	372.233	372.233
Operações compromissadas	—	—	196.168	—	196.168	196.168
Opções de futuros	—	—	—	696	696	432
Over	—	—	573.942	—	573.942	573.942
Títulos da dívida agrária	—	—	72.903	102.905	685.984	685.984
Swap	—	—	244	—	296	296
Termo do tesouro	—	—	—	34.666	9.497	34.666
Fundos de investimentos - abertos/outros	—	—	122.706	—	122.706	122.706
Fundos no exterior	—	—	292	—	292	292
Fundos e Fundos Especialmente Constituídos PGBL/VGBL	—	—	1.331.904	—	212.940	1.544.844
Quotas e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Não-Exclusivo	—	—	56.020	5.160	61.180	61.180
Debêntures	—	—	—	1.012	2.643	3.655

	2011		2010		Valor Contábil	Valor de Mercado
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado		
TÍTULOS	12.453	12.453	12.453	12.453	12.453	12.453
II. Títulos disponíveis para venda						
Debêntures	—	—	—	—	—	—
Certificados de Depósito Bancário (CDBODPGE)	—	—	—	—	—	—
Notas do Tesouro Nacional (NTNOB)	—	—	182.117	—	182.117	182.117
Letras Financeiras	—	—	—	81.425	81.425	81.425
Letras Financeiras do Tesouro	—	—	—	302.306	302.306	302.306
Letras do Tesouro Nacional	—	—	—	2.907	2.907	2.907
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	—					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais)

* Substancialmente composto por IOF a pagar (R\$ 67.338), cheques não apresentados decorrentes das operações de sinistros (R\$ 19.379), contas a pagar de transferência da operação de previdência (R\$ 27.217) e cobranças não baixadas Visa-Net (R\$ 7.522). Conforme descrito na nota 2 a), em 2010 a MAPFRE Brasil Participações S.A. não possuía operação e, portanto, não havia saldos em aberto de conta a pagar naquela data-base.

15. DÉBITOS DE OPERAÇÃO COM SEGUROS E RESEGUROS

A seguir demonstramos a composição do saldo:	31/12/2011	31/12/2010
Prêmios a Restituir	54.000	54.000
Operações com Seguradoras	172.262	172.262
Operações com Resseguradoras	377.685	377.685
Corretores de Seguros e Resseguros	285.979	285.979
Outros Débitos Operacionais	70.902	70.902
Total Circulante	960.642	960.642

16. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

O quadro abaixo apresenta saldos líquidos de DPVAT cujo montante em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 22.181.

Provisões Técnicas de Seguros	Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2011
Provisão de Benefícios a Regularizar	42.203	(21.452)	-	20.753
Provisão de Ineficiência de Prêmios (PIP)	196.923	-	-	196.923
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	13.175.543	(9.324.792)	-	3.850.751
Provisão de sinistros a liquidar	9.408.843	(7.202.821)	20.626	2.226.648
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	1.453.836	(924.016)	-	529.820
Provisões técnicas - (seguros antecipada)	159.656	(29.975)	-	129.681
Outras provisões	79.623	(2.014)	-	77.609
Total	24.516.629	(17.505.070)	20.626	7.032.185

Custo de aquisição diferido - seguro	Constituições	Reversões	Saldo em 31/12/2011
Custo de aquisição diferido	2.801.473	(1.717.642)	1.083.829
Total	2.801.473	(1.717.642)	1.083.829

Curto prazo	902.034
Longo prazo	181.795

Provisões Técnicas Resseguro	Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2011
Outras Provisões (PMBaC)	7.112	-	-	7.112
Outras provisões	389	(386)	-	3
Provisão de Ineficiência de Prêmios (PIP)	-	-	-	-
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	1.598.498	(1.135.597)	-	462.901
Provisão de sinistros a liquidar	964.719	(467.136)	1.465	499.048
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	92.477	(53.819)	-	38.658
Total geral	2.663.195	(1.656.938)	1.465	1.007.722

Custo de aquisição diferido	70.510
Custo de aquisição diferido	19.566
Total	90.076

Curto prazo	87.533
Longo prazo	89.180

Provisões técnicas - previdência complementar	Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2011
Provisão de matemática de benefícios a conceder	2.293.350	(813.150)	-	1.480.200
Provisão de matemática de benefícios concedidos	90.202	(32.319)	-	57.883
Provisão de matemática de benefícios a regularizar	26.629	(26.157)	-	472
Provisão de riscos não expirados	12.142	(12.022)	-	120
Provisão de oscilação de riscos	5.492	(5.112)	-	380
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	14.338	(14.050)	-	288
Outras provisões	412.395	(384.632)	-	27.763
Total das Provisões Técnicas de Previdência	2.854.548	(1.287.442)	1.567.106	1.574.212

Curto prazo	1.125.646
--------------------	------------------

Conforme descrito na nota 2 a), em 2010 a MAPFRE Brasil Participações S.A. não possuía operação e, portanto, não havia saldos em aberto naquela data-base.

17. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de publicação do balanço. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante variou neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante estimado no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade dos sinistros à medida que os sinistros são avisados para a seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, concluídos com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direito, crédito, aceite e resseguro. Não estão incluídos o ramo BB - DPVAT e operações de previdência.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
• No ano da ocorrência	1.813.419	2.133.109	2.410.530	2.724.541	3.215.504	4.503.112	16.800.215
• Um ano após a ocorrência	1.877.190	2.184.412	2.427.572	2.731.025	3.345.863	-	12.566.062
• Dois anos após a ocorrência	1.897.185	2.193.761	2.434.312	2.772.277	-	-	9.297.535
• Três anos após a ocorrência	1.903.150	2.196.505	2.449.515	-	-	-	6.549.170
• Quatro anos após a ocorrência	1.914.847	2.215.475	-	-	-	-	4.130.322
• Cinco anos após a ocorrência	1.934.863	-	-	-	-	-	1.934.863
Estimativa dos sinistros na data-base	1.934.863	2.215.475	2.449.515	2.772.277	3.345.863	4.503.112	17.221.105
sinistros efetuados	1.880.028	2.149.826	2.371.760	2.664.657	3.183.307	3.400.819	15.650.397
Sinistros Pendentes	54.832	65.651	77.754	107.620	162.556	1.102.293	1.570.706

18. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões técnicas - Seguros e Previdência	2011
Provisões técnicas - Resseguro e retrocessão	8.599.291
Carregamento de Comercialização - Extensão de Garantia	(1.038.182)
Provisões retidas pelo IRB	(508)
Direitos creditórios	(1.197.103)
Depósitos judiciais	(8.017)
DPVAT	(122.787)
Total a ser coberto	6.065.174
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	333.387
Quotas e Fundos Especialmente Constituídos - FGBL/VGBL	1.607.457
Outras Aplicações	61.261
Quotas de fundos de investimentos	122.998
Títulos privados de carteira própria	732.895
Títulos de renda fixa - Públicos	4.317.242
Títulos de renda fixa - Privados	926.586
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Não Exclusivo	61.188
Imóveis	764
Total	8.164.770
Ativos líquidos	2.099.596

19. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

As contas registradas em Depósitos de Terceiros são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não baixados das contas de Prêmios a Receber, configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Seguradora.

Período	31/12/2011
1 a 30	142.738
31 a 60	2.738
61 a 120	1.023
121 a 180	333
181 a 365	1.708
Superior a 365	5.270
Total	153.677

Conforme descrito na nota 2 a), em 2010 a MAPFRE Brasil Participações S.A. não possuía operação e, portanto, não havia saldos em aberto naquela data-base.

20. OUTROS PASSIVOS

a) Composição das ações judiciais de sinistros	Quantidade	Reclamado	Provisão
Possível	4.413	246.404	193.947
Provável	16.315	381.910	444.152
Remota	901	13.188	4.567
Total	21.629	641.502	642.666

b) Total das ações judiciais relacionadas a sinistros

Provisões Judiciais	31/12/2011
Cível	181.933
Fiscal	1.457.013
COFINS	1.321.717
CSLL	41.648
INSS	513
IRPJ	41.071
Outras contingências fiscais	298
PIS	50.896
PIS sobre ramo habitacional	870
Trabalhista	10.458
Total	3.931.453

Além dos valores apresentados no quadro acima, a rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais" inclui o montante de R\$ 109.444 de depósitos judiciais vinculados a sinistros em discussão judicial. As principais ações fiscais em 31 de dezembro de 2011 são: a) PIS/COFINS: As controladas da área de seguros discutem judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que introduziu mudanças no cálculo do PIS e da COFINS. As discussões referem-se à majoração da alíquota e a base de cálculo que conceituou fato gerador como receita bruta. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da ação no que se refere à exigência sobre o faturamento, bem como remota a perda no que diz respeito às demais receitas. Os valores não recolhidos, acrescidos de atualização pela variação da taxa SELIC, estão sendo provisionados até o trânsito em julgado da sentença. b) INSS: A controlada Mapfre Vida S.A. possui processo relacionado ao INSS referente a divergências apontadas pela fiscalização no cálculo das contribuições de INSS de fatos geradores ocorridos entre abril e agosto de 1991. Como a constituição do lançamento tributário ocorreu inicialmente em novembro/91 (NFLD nº 35.040.404-6), houve decurso de prazo decadencial, tornando inidônea a atuação. A Seguradora impugnou o lançamento tributário na esfera administrativa e considera a probabilidade de perda como remota. A controlada MAPFRE Affinity Seguradora está questionando a contribuição para o INSS incidente sobre a remuneração paga pela Seguradora a autônomos e pró-labore, exigida na forma da Lei Complementar nº 84/96. O Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade da referida contribuição (ADIN Lei nº 1.432-3 DF), jurisprudência que motivou a classificar o risco como possível. Programa de anistia fiscal (Lei nº 11.941/09): Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.941 de 2009, a administração reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa para a controlada MAPFRE Affinity Seguradora. Como consequência, foi decidida a desistência de diversos processos movidos pelas empresas com a liquidação imediata dos valores contingentes envolvidos. Outros processos: a) Controlada MAPFRE Affinity Seguradora S.A. obteve sentença em 1ª instância para o não recolhimento do PIS referente às Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dos períodos de janeiro a junho de 1996 e de julho de 1997 a fevereiro de 1998. A probabilidade de perda com esse processo foi analisada como remota, motivo pelo qual não foi constituída a provisão para perdas. b) Trabalhistas, civis, benefícios e fiscal: A provisão foi constituída com base na análise da Administração dos riscos e histórico de perdas.

Saldo inicial	2011
Atualização monetária	98.843
Baixas	(22.111)
Constituições	1.572.672
Saldo final	1.649.404

Composição das ações judiciais de natureza trabalhista e cível por probabilidade de perda:

2011	Valor da Causa	Provisão
I - Fiscais	1.466.494	1.457.013
II - Cível	181.933	181.933
III - Trabalhistas	315	61.046
Total	1.649.404	1.649.404

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social é de R\$ 845.974 (R\$ 200 em 31 de dezembro de 2010), representado por 1.763.698,029 ações ordinárias sem valor nominal (200,000 em 31 de dezembro de 2010). Em 28 de fevereiro de 2011, conforme AGE foi aprovado o aumento de Capital de Mapfre Brasil Participações S.A. em R\$ 595.376. Posteriormente houve um novo aumento, pela AGE de 27 de maio de 2011 de R\$ 1.073.890 aumentando o capital de R\$ 595.576 para R\$ 1.669.466. Em 30 de maio de 2011, conforme AGE foi aprovado um novo aumento de capital de R\$ 176.508, resultando em um capital social de R\$ 1.845.974. b) Dividendos: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, conforme estabelecido no estatuto social. Não foram provisionados dividendos por existir intenção de distribuição. Em 31 de dezembro de 2011 a MAPFRE Brasil Participações constituiu Outras Reservas de Capital pelo direito sobre dividendos preferenciais na controlada MAPFRE BB SH2 Participações de R\$ 335.925 que serão recebidos no decorrer de 2012. c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. Em 31 de dezembro de 2011 a reserva legal na Mapfre Brasil Participações é de R\$ 23.545. d) Reservas estatutárias: Conforme previsto no artigo 30º, do Estatuto Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada a constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos,

22. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Principais ramos de atuação

Ramos	31/12/2011	%	Custo de aquisição	% Custo de aquisição
Automóvel	1.095.970	(949.070)	(286.841)	-26%
Vida em grupo	1.044.704	(464.971)	(463.758)	-43%
Responsabilidade Civil Facultativa	979.589	(865.001)	(169.679)	-17%
Prestamista	502.934	(211.144)	(165.583)	-18%
Acidentes pessoais coletivos	442.138	(57.210)	(167.337)	-33%
DPVAT	194.470	(142.057)	(21.454)	-1%
Compreensivo operacional	182.647	(88.027)	(3.596)	-2%
Assistência e outras coberturas - auto	174.426	(122.534)	(23.759)	-14%
Riscos Nomeados Operacionais	163.119	1.112	10.811	7%
Riscos Diversos	161.977	(22.267)	(11.664)	-7%
Seguro de vida do produtor rural	117.848	(22.268)	(34.207)	-29%
Seguro agrícola com cobertura do FESR	116.841	(36.806)	(10.050)	-9%
R. transportador	101.946	(54.519)	(28.233)	-28%
Penhor rural instituições financeiras públicas	99.265	(7.554)	(3.757)	-4%
Compreensivo residencial	97.401	(41.248)	(28.479)	-29%
Vida individual	93.308	(20.472)	(3.145)	-3%
Garantia Periodária	88.264	(42.655)	(67.646)	-77%
Acidentes Estradais Passageiros	76.423	(32.954)	(30.095)	-39%
Penhor rural instituições financeiras privadas	67.888	(27.045)	(17.431)	-26%
Transportes nacionais	64.366	(27.682)	(12.156)	-19%
Créditos domésticos e risco comercial	58.751	(66.933)	(16.765)	-29%
Benefícios/produto agropecuário	25.723	(10.882)	(3.719)	-14%
Transportes internacionais	15.467	(3.783)	(2.932)	-19%
Total geral	6.838.011	(3.513.929)	(1.752.742)	

b) Prêmios de Seguros e Previdência

Prêmios Emitidos Líquidos	31/12/2011
Prêmios diretos	7.259.855
Rendas com taxas de Gestão e outras taxas	2.128
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	(140.141)
Varição de Outras Provisões Técnicas	(424)
Variações de Provisões Técnicas de Prêmios	(421.846)
Recalculo com emissão de apólices	236.302
Rendas de contribuições e prêmios	71.539
Total	7.007.413

c) Prêmios líquidos

Prêmios emitidos líquidos	31/12/2011
Prêmios diretos	7.259.855
Prêmios de cos-seguros aceitos	209.656
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	2.306
Prêmios cedidos em cos-seguros	(240.678)
Prêmios de retrocessões	10
Total	7.259.855

d) Receita Resseguro

Receita Resseguro	31/12/2011
Recuperação de sinistros	411.142
Outras receitas de resseguro	405.452
Total	816.594

e) Sinistros ocorridos

Sinistros ocorridos	31/12/2011
Indenizações devidas	(3.513.929)
Indenizações a receber	(3.604.292)
Despesas com sinistros	(95.452)
Serviços de assistência	(77.739)
Recuperação de sinistros	13.927
Salvos e ressarcimentos	270.923
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(21.326)
Total	(549.591)

f) Despesa Resseguro

Despesa Resseguro	31/12/2011
Resseguro cedido	(324.568)
Resseguro catástrofe	(225.023)
Total	(549.591)

g) Custo de aquisição

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais)

É estabelecido anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. **Outras informações:** Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidade de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; ii) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; iii) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Seguradora, quaisquer diretores ou administradores da própria Seguradora, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelo Grupo empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

	31/12/2011				
	Ativos	Passivos	Receitas	Despesas	Resultado
Administradores	1.306	839	-	-	(4.205)
Aliança do Brasil - ABS	8.782	1.623	25.337	-	-
Banco Bradesco	4.671	-	39.176	-	-
Banco do Brasil	18.722	17.988	6.757	195.185	-
BB Administradora de Cartões de Crédito	-	-	-	-	(7.002)
BB Corretora	11.314	96.067	-	715.399	(182.234)
BB DTVM	407	685	-	23.107	(7.272)
BB Previdência Privada - Fundos de Pensão	210	-	-	-	33
BB Turismo	22	-	24	-	(2.628)
Besc Clube	-	751	-	2.897	-
Brasil Saúde	-	-	-	2.752	-
Brasil Veículos	-	121	620	3.236	-
BrasilCap	14	-	16	-	14
BrasilPrev	-	-	452	-	(675)
Caixa Consórcios S/A	38	-	-	-	-
Cesvi Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.	68	-	-	-	-
Clube MAPFRE do Brasil	41	-	-	-	-
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	9.309	6.961	-	25.337	(639)
MAPFRE Affinity Seguradora S.A.	2.367	(21)	(13)	2.649	11.296
MAPFRE Assistência S.A.	6	-	-	-	-
MAPFRE Capitalização S.A.	42	-	-	-	-
MAPFRE Nossa Caixa	1.415	8	9.481	7.117	236
MAPFRE Participações	1	-	-	-	-
MAPFRE Re Companhia de Resseguros S.A.	11.253	6.388	4.089	12.882	-
MAPFRE RE do Brasil S.A.	23.641	12.268	2.130	9.229	-
Mapfre S.A.	7	-	-	-	-
MAPFRE Seguradora de Crédito a Exportação S.A.	21	-	-	27	-
MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A.	7.968	704	6.494	11.922	4.364
MAPFRE Vida S.A.	58.137	2.745	80.364	41.204	13.374
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundo Ltda.	-	-	-	218	-
Vida Seguradora S.A.	448	(24)	14.861	(140)	393
Total geral	160.210	147.103	189.788	1.053.021	(174.945)

27. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Para fins de consolidação, demonstramos a seguir a reconciliação do patrimônio líquido com os ajustes e eliminações efetuados:

	Controladas		Ajustes				Consolidado Patrimônio Ajustado
	Patrimônio Líquido	Ajustes PPA	Agio pré-existente	Participações Societárias	PCP	Baixa Agio Nossa Caixa	
BB MAPFRE SH1 Participações ("Antiga GVH")	2.575.763	2.133.953	-	(2.089.500)	-	-	2.620.216
MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência	223.375	-	-	-	6.686	-	230.061
Vida Seguradora S.A.	339.816	-	-	-	1.456	-	341.272
BB Aliança Participações	1.480.380	-	(486.767)	(834.838)	-	-	158.775
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	736.388	-	-	-	6.192	-	742.580
MAPFRE Participações	246.843	-	-	(102.465)	-	(144.021)	357
MAPFRE BB SH2 Participações	2.224.773	141.386	-	(2.063.262)	-	-	302.897
MAPFRE Vera Cruz Seguradora	1.277.411	-	-	(399.625)	-	-	887.103
MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A.	399.450	-	-	-	16.020	-	415.470
MAPFRE Assistência	175	-	-	-	-	-	175
BB Aliança REV. Participações	785.852	-	(247.558)	(579.925)	-	-	(41.631)
Brasil Veículos Companhia de Seguros S.A.	452.755	-	-	-	2.124	-	454.879
Aliança do Brasil Seguros	127.171	-	-	-	309	-	127.480
MAPFRE Brasil Participações	3.079.396	(604.395)	245.520	(1.915.404)	-	-	805.117
Vera Cruz Consultoria T. Adm. Fundos S/C	53.050	-	-	-	-	-	53.050
Detectar Desenv. de Tec. Para Transf. e Adm. Riscos Ltda.	3.999	-	-	-	-	-	3.999
Cesvi Brasil - Centro de Exp. e Segurança Viária Ltda.	10.611	-	-	-	-	-	10.611
MAPFRE Seguradora de Garantias e Crédito	43.182	-	-	-	-	-	43.182
MAPFRE Seguradora de Crédito a Exportação	19.830	-	-	-	2	-	19.832
MAPFRE Capitalização	23.952	-	-	-	-	-	23.952
MAPFRE Investimentos e Participações S.A.	42.350	-	-	(42.375)	-	-	(25)
MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	42.375	-	-	-	-	-	42.375
Total	14.188.897	1.670.944	(488.805)	(8.027.394)	42.106	(144.021)	7.241.727

DIRETORIA

Diretor Presidente
Wilson Toneto

Diretor Vice-Presidente
Marcos Eduardo dos Santos Ferreira

Diretor
Eliseo João Viciãna

Contador
Carlos Alberto Landim - CRC - 1SP185339/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e quotistas da

MAPFRE Brasil Participações S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MAPFRE Brasil Participações S.A. ("MAPFRE"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da MAPFRE é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da MAPFRE para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da MAPFRE. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

(i) Para fins de consolidação houve ajustes decorrentes da Combinação de Negócios com o Banco do Brasil conforme descrito na nota 24; (ii) Agio das empresas consolidadas Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Brasilveículos e da própria MAPFRE Brasil Participações; (iii) Baixa dos investimentos das empresas controladas direta e indiretamente; (iv) Baixa da Provisão Completar de Prêmio, o Grupo registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados, que requerem a constituição da Provisão Complementar de Prêmios - PCP, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, em acordo com a legislação vigente. Apesar de o IFRS 4 permitir a continuidade do uso de excesso de prudência na avaliação dos contratos de seguros na data de sua transição para IFRS, eventualmente existente em BR GAAP, de forma consistente, não é permitida segundo o IFRS; (v) Baixa do ágio decorrente da venda da Nossa Caixa no exercício da PUT conforme descrito na nota 9.

28. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

Para fins de consolidação, demonstramos a seguir a reconciliação do resultado com os ajustes e eliminações efetuados:

	Controlada		Ajustes		Consolidado
	Resultado Líquido 2011	Eliminações do Resultado para Equalizações 2011	Eliminação Resultado Equivalência 2011	Eliminação Resultado PCP 2011	
BB MAPFRE SH1 Participações ("Antiga GVH")	471.809	(1.349)	(471.432)	-	(90.256)
MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência	(2.168)	(9.384)	2.170	-	(9.389)
Vida Seguradora S.A.	88.491	(1.482)	-	922	87.931
BB Aliança Participações	614.964	(209.136)	(368.423)	-	37.405
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	523.583	(172.042)	-	(4.260)	347.281
MAPFRE Participações	24.618	(7.993)	(16.636)	-	(11)
MAPFRE BB SH2 Participações	71.933	(4.008)	(58.593)	-	(116)
MAPFRE Vera Cruz Seguradora	68.911	(28.838)	(23.973)	1.890	17.990
MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A.	51.104	(3.238)	-	1.260	49.126
MAPFRE Assistência	(20)	1	-	-	(19)
BB Aliança REV Participações	62.700	(44.778)	(13.414)	-	4.508
Brasil Veículos Companhia de Seguros S.A.	25.112	(29.284)	-	(878)	(5.050)
Aliança do Brasil Seguros	29.477	(12.026)	-	120	17.571
MAPFRE Brasil Participações	470.896	-	(176.409)	-	22.631
Vera Cruz Consultoria T. Adm. Fundos S/C	198	(467)	-	-	(269)
Detectar Desenv. de Tec. para Transf. e Adm. Riscos Ltda.	(914)	111	-	-	(803)
Cesvi Brasil - Centro de Exp. e Segurança Viária Ltda.	277	(258)	-	-	19
MAPFRE Seguradora de Garantias e Crédito	1.255	(761)	195	-	689
MAPFRE Seguradora de Crédito a Exportação	1.150	(195)	-	1	956
MAPFRE Capitalização	4.294	(769)	-	-	3.525
MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência	22.102	(3.663)	-	-	18.439
MAPFRE Investimentos e Participações S.A.	13.492	-	(13.518)	-	(26)
MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.459	(1.613)	-	-	12.846
Total	2.557.723	(531.172)	(1.140.033)	(952)	(67.741)

i. Para fins de consolidação, o resultado de algumas empresas foi eliminado uma vez que essas empresas entraram no Grupo ao longo de 2011; ii. Baixa do resultado de equivalência das empresas consolidadas; iii. Baixa do resultado da Provisão Completar de Prêmio, o Grupo registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados, que requerem a constituição da Provisão Complementar de Prêmios - PCP, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, em acordo com a legislação vigente. Apesar de o IFRS 4 permitir a continuidade do uso de excesso de prudência na avaliação dos contratos de seguros na data de sua transição para IFRS, eventualmente existente em BR GAAP, de forma consistente, não é permitida segundo o IFRS; iv. Para fins de consolidação houve ajustes decorrentes da Combinação de Negócios com o Banco do Brasil conforme descrito na nota 24.

29. RECONCILIAÇÃO ENTRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO X PATRIMÔNIO DA CONTROLADORA**Patrimônio Líquido Combinado**

(-) Eliminação das participações societárias (i)

14.188.897

(+ Ajustes PPA na consolidação (i)

(8.027.394)

(+ Baixa ágio pré-existente (i)

1.670.944

(-) PCP - ajustes consolidados (i)

(488.805)

(-) Baixa ágio Nossa Caixa (i)

42.106

(-) Patrimônio líquido atribuído aos não controladores (ii)

(144.021)**Patrimônio Líquido da Controladora**

(i) vide nota 27; (ii) vide balanço patrimonial consolidado.

(4.180.878)**30. RECONCILIAÇÃO ENTRE RESULTADO CONSOLIDADO X RESULTADO DA CONTROLADORA****Lucro líquido Consolidado**

(-) Eliminação resultado de equivalência patrimonial (i)

2.557.723

(-) Eliminação do resultado para equalizações em 2011 (i)

(1.140.033)

(-) Ajustes líquidos PCP - empresas consolidadas (i)

(531.172)

(-) Ajustes PPA empresas consolidadas (i)

(952)

(-) Resultado atribuído aos não controladores (ii)

(67.741)**Lucro Líquido da Controladora**

(i) vide nota 28; (ii) vide resultado consolidado.

(346.929)**470.896**

São Paulo, 13 de dezembro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contador CRC-1SP198827/O-3